

Comentários sobre a importância do crédito direto ao consumidor e a estabilidade dos padrões de consumo em exercícios de simulação de redistribuição de renda no Brasil

ALFREDO BEHRENS *

A participação das compras a crédito pela população de mais baixa renda ainda era pequena em 1974/75. No entanto, tabulações especiais do ENDEF também mostram que, na época, os instrumentos de crédito ao consumidor tinham alcançado magnitude suficiente para amortecer o impacto que uma política de redistribuição de renda teria sobre o consumo global de bens duráveis.

1 — Introdução

O desempenho da economia brasileira durante a década de 70, principalmente em sua primeira metade, caracterizou-se por um acentuado aumento da produção industrial e uma crescente concentração regressiva de renda, implicando uma redução tanto da participação dos salários quanto de seus tetos urbanos. Esses fatos provocaram uma calorosa discussão em torno do grau de extensão em que o crescimento foi conseguido às custas dos segmentos mais pobres da população, e em que medida essa privação teria sido necessária [cf. Bacha e Taylor (1978)]. A discussão ainda não se esgotou. A recente contribuição de Bonelli e Cunha (1981), por exemplo, simula a reação da economia brasileira a modelos alternativos de distribuição de renda no sentido de fornecer maiores subsídios à discussão.

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

Em algumas tentativas de simulação, como, por exemplo, em Cline (1972) e Lopes (1972), relativamente pouca atenção foi dada à dinâmica do processo de redistribuição de renda, particularmente no que se refere à estabilidade dos padrões de consumo de famílias de diferentes níveis de dispêndio. Supõe-se que os padrões de consumo acima mencionados permaneceram constantes ao longo do processo de redistribuição, o qual levaria, presumivelmente, alguns anos para se realizar. Se, no entanto, as famílias mais pobres gastassem parte de seus ganhos inesperados em bens previamente destinados às famílias de melhor nível de renda, o conseqüente impacto de uma redistribuição de renda seria consideravelmente amortecido.

A amplitude da mudança nos padrões de consumo parece estar estreitamente associada ao grau de desenvolvimento das instituições de crédito ao consumidor e à percepção que estas tenham do deslocamento interclasses dos riscos de inadimplência.

Uma avaliação da penetração no mercado de bens duráveis dos instrumentos de crédito ao consumidor pode ser obtida através do estudo da distribuição de compras a crédito de duráveis entre famílias de diferentes níveis de dispêndio. Esta é a finalidade desta nota, que examina também, de forma sumária, tentativas anteriores de elucidar o papel do crédito ao consumidor nos padrões de consumo brasileiros recentes.

O caráter funcional do aprofundamento da desigualdade na distribuição de renda para o crescimento da indústria de transformação no final dos anos 60 e início dos 70 reside na suposição de que os aumentos das poupanças das famílias de melhor nível de renda foram canalizados para aquelas de renda comparativamente mais baixa, através dos mecanismos de crédito.¹ Estas últimas famílias, deparando-se com o declínio dos preços unitários de bens duráveis e sob a influência do efeito demonstração, teriam-se tornado vítimas do consumismo, limitado anteriormente às classes de renda mais alta. Diversos autores tendem a concordar quanto ao papel do crédito, embora Wells tenha demonstrado que a difusão do consumo de bens duráveis foi comparativamente mais ampla do que suposto

¹ Para uma discussão dos diferentes enfoques, cf. Coutinho (1979).

anteriormente, antes mesmo de ter lugar o processo de redistribuição de renda referido acima. As facilidades de crédito disponíveis no final dos anos 60 devem ter contribuído para explicar a ampliação do mercado de bens duráveis verificado durante o processo [cf. Wells (1977, p. 272)]. A importância do papel do crédito na ampliação do consumo de duráveis pelas famílias de baixa renda permanece, no entanto, obscurecida face à insuficiência de dados relativos aos métodos de aquisição utilizados pelas famílias de diferentes níveis de dispêndio [cf. Coutinho (1979, p. 54)]. Saboia tentou preencher essa lacuna examinando contratos de crédito de aquisições de bens de consumo duráveis que revelavam a renda do devedor. O caráter sigiloso dessas operações, no entanto, prejudicou a representatividade de sua amostra e, conseqüentemente, a significância de seus resultados, que nem por isso deixaram de fornecer evidências da importante generalização do uso do crédito ao consumidor entre famílias de baixa renda [cf. Saboia (1981, Cap. 3)].

2 — Dados recentes

Dados recentemente obtidos, apresentados na Tabela 1, parecem evidenciar a importância do crédito na ampliação do mercado de bens de consumo duráveis.² Para cada categoria de dispêndio, a aquisição de duráveis com recurso a crédito nos 12 meses anteriores ao levantamento é tomada como percentagem do número de famílias possuidoras de duráveis em cada categoria, como demonstrado em FIBGE (1981, Tab. 14.A, p. 83). Poder-se-ia questionar o uso de propriedade como variável normalizadora na medida em que a participação

² É de se supor, no entanto, que essas proporções nacionais ocultem variações regionais, cuja análise foge à finalidade deste trabalho, que de propósito também foram discutidas a nível nacional. Essas variações urbano-rurais são esperadas na medida em que: *a*) o mercado de bens de consumo duráveis, exceto carros, é em grande parte restrito aos centros urbanos; e *b*) por não serem as facilidades ao crédito estendidas às áreas rurais, essas proporções nacionais podem ser tomadas como representativas do padrão de comportamento das famílias de áreas urbanas com relação ao uso do crédito.

TABELA 1

Participação (%) das compras a crédito no total de bens duráveis adquiridos, por categorias de dispêndio

Duráveis	Categorias de dispêndio em salários mínimos			
	0 - 2	2 - 5	5 - 10	10 +
Carros	29,1	31,6	53,1	56,9
Bicicletas	23,0	30,7	37,2	27,3
Televisores	43,8	66,9	69,7	54,5
Rádios	21,9	27,7	27,7	17,9
Aparelhos de som	33,9	41,8	47,5	39,7
Gravadores	54,1	47,6	50,2	32,7
Geladeiras	52,4	69,3	62,6	47,9
Máquinas de lavar	1,7	35,4	51,9	47,6
Máquinas de costura	21,6	33,3	40,3	33,6
Enceradeiras	29,2	43,2	47,2	30,8
Aspiradores	0,0	13,1	30,8	24,7
Fogões	12,3	51,7	49,9	36,2
Ferros	5,9	8,7	11,1	7,7
Ventiladores	30,6	37,6	37,0	26,6
Liquidificadores	37,2	35,1	34,3	18,2
Batedeiras	4,1	39,0	38,3	20,5

FONTE: FIBGE, *ENDEF*, 1974/75. Tabulações especiais solicitadas pelo autor.

das compras a crédito das famílias de mais alta renda pode ser subestimada se os bens foram possuídos por um período que exceda o coberto pela pesquisa. Infelizmente, não há dados suficientemente desagregados para serem usados como variável normalizadora. Porém, uma vez que a substituição de bens tende a ser rápida entre as famílias de mais alta renda, a estrutura de propriedade de bens duráveis e os dados de dispêndio com os mesmos, por classe, tendem a se ajustar.³

³ Uma impressão semelhante pode ser inferida em Wells (1977, p. 265).

As compras a crédito parecem ter sido estendidas às categorias de dispêndios mais baixos, que se endividam com a aquisição de bens duráveis para os quais um mercado de segunda mão é pouco provável e o preço por unidade tornado acessível através do crédito. Este seria o caso de ventiladores, liquidificadores e aparelhos de som e imagem.⁴ Estas constatações sugerem que, se o endividamento é, para as famílias mais pobres, um último recurso na compra de um bem durável, ele é ainda uma alternativa relevante. No entanto, a parcela do mercado de duráveis (Tabela 2) que estas famílias

TABELA 2

Participação (%) das compras a crédito no mercado de bens duráveis, por categorias de dispêndio

Duráveis	Categorias de dispêndio em salários mínimos			
	0 + 2	2 + 5	5 + 10	10 +
Carros	1,2	7,3	13,9	26,3
Bicicletas	1,0	7,1	9,8	12,6
Televisores	1,9	15,5	18,3	25,2
Rádios	0,9	6,4	7,3	8,3
Aparelhos de som	1,4	9,7	12,5	18,4
Gravadores	2,3	11,1	13,2	15,1
Geladeiras	2,2	16,1	16,4	22,2
Máquinas de lavar	0,1	8,2	13,6	22,0
Máquinas de costura	0,9	7,7	10,6	15,5
Enceradeiras	1,2	10,0	12,4	14,2
Aspiradores	0,0	3,1	8,1	11,4
Fogões	0,5	12,0	13,1	16,7
Ferros	0,3	2,0	2,9	3,6
Ventiladores	1,3	8,7	9,7	12,3
Liquidificadores	1,6	8,1	9,0	8,4
Batedeiras	0,2	9,1	10,0	9,5

FONTE: FIBGE, ENDEF, 1974/75. Tabulações especiais solicitadas pelo autor.

⁴ Dados mais desagregados mostram que é precisamente com a compra desses bens, exceto televisores, que as famílias com rendimentos de 0 a 1 salário mínimo endividam-se mais facilmente, se comparadas com as de rendimento entre 1 e 2 salários mínimos. O contrário é verdadeiro para bicicletas e máquinas de costura.

ocupam com suas compras a crédito é quase negligenciável.⁵ Isto é pouco surpreendente se levarmos em conta que quase dois terços das famílias com rendimentos de 0 a 2 salários mínimos residem em áreas rurais [cf. FIBGE (1981, Tabs. 7.A, B e C)] e que somente 20% da totalidade das famílias residentes nessas áreas tinham acesso a energia elétrica [cf. FIBGE (1979, p. 45)].

Por outro lado, a participação do total de compras a crédito estimado para as famílias situadas no segmento de 2 a 10 salários mínimos é de tamanho considerável, sendo responsável por aproximadamente um quinto das aquisições de carros e máquinas de lavar, um quarto de fogões e aparelhos de som e um terço de refrigeradores e televisores. Acima de 10 salários mínimos, tanto a proporção de compra a crédito para cada bem como a participação das compras a crédito no mercado decresceram para todos os bens, exceto para aqueles de preços unitários mais elevados, como carros e máquinas de lavar.⁶

3 — Considerações finais

Os resultados acima mostram que o recurso ao crédito é de fato uma alternativa aberta para um segmento significativo das famílias de áreas urbanas. A proporção relativamente alta de famílias de baixa renda que recorrem ao crédito para aquisição de um espectro comparativamente grande de bens duráveis sugere que a sua participação no mercado de bens duráveis de preços mais baixos pode ser consi-

⁵ Os dados da Tabela 2 são obtidos pela multiplicação dos dados da Tabela 1 pela participação no mercado dos bens duráveis, a partir dos dados constantes em FIBGE (1981, Tab. 7, p. 51). Todas as proporções das categorias de dispêndio calculadas desta forma ajustam-se às expostas em FIBGE (1981, Tab. 17, p. 95), exceto as de fogões e gravadores, cujos dados acusam uma elevação de até 6 pontos percentuais. O saldo de 100% é, portanto, atribuível parcialmente a erros, mas principalmente à proporção de bens de consumo duráveis adquiridos por outros meios que não as compras a prestação.

⁶ Em dados mais desagregados, a diminuição na participação desses bens é verificada somente acima de 15 salários mínimos.

deravelmente restringida pelo suprimento insuficiente de energia elétrica, e não apenas pela sua eventual inadimplência.⁷ Essa capacidade de saldar dívidas pode, no entanto, ser conseguida em detrimento de gastos com outros bens, como alimentação e vestuário [cf. Wells (1977)]. Esse tipo de comportamento, embora insustentável no longo prazo, pode durar o suficiente para neutralizar os efeitos esperados de uma redistribuição de renda baseada na hipótese da estabilidade da composição da demanda das várias categorias de dispêndio.

Bibliografia

- BACHA, E., e TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the 60's: facts, models and the controversy. *Journal of Development Studies*, 14 (3) :271-97, 1978.
- BONELLI, R., e CUNHA, P. V. Crescimento econômico, padrões de consumo e distribuição da renda no Brasil: uma abordagem multissetorial para o período 1970/75. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 11 (3) :703-56, dez. 1981.
- CLINE, W. R. *Potential effects of income redistribution on economic growth: Latin American cases*. New York, Praeger, 1972.
- COUTINHO, M. *Padrões de consumo e distribuição de renda*. Tese de Mestrado. São Paulo, IFCH/UNICAMP, 1979.
- DESAI, A. V. Development and energy consumption. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 40 (3) :263-72, 1978.
- FIBGE. *PNAD, 1978*. Rio de Janeiro, 1979.
- . *ENDEF, despesas das famílias*. Vol. 1, T. 2, Pte. 7. Rio de Janeiro, 1981.

⁷ Impressões semelhantes, com relação à Índia, são sustentadas por Desai (1978, p. 265).

- LOPES, F. L. *Inequality planning in the developing economy*. Tese de Doutorado. Mass., Universidade de Harvard, jun. 1972.
- SABOIA, J. L. M. *As causas da difusão da posse de bens de consumo duráveis no Brasil*. Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1981.
- WELLS, J. The diffusion of durables in Brazil and its implications for recent controversies concerning Brazilian development. *Cambridge Journal of Economics*, 1 (3) :259-79, set. 1977.

(Originais recebidos em maio de 1984. Revistos em agosto de 1984.)